

Inferência da única explicação¹

Alexander Bird²

Tradução de Marcos Rodrigues da Silva

Universidade Estadual de Londrina – UEL / Fundação Araucária
mrs.marcos@uel.br

BIRD, Alexander. Inference to the only explanation. *Philosophy and Phenomenological Research*. v. LXXIV, n. 2, p. 424-432, 2007.

Introdução – Subdeterminação, evidência e inferência da melhor explicação

O modelo de Inferência da Melhor Explicação (IBE³) de Peter Lipton tem as seguintes características:

- (a) IBE é um processo com dois estágios: (i) no primeiro filtro se extrai uma pequena lista de explicações potenciais de um fenômeno relevante; (ii) a partir desta pequena lista, no segundo filtro é escolhida a explicação preferida, a melhor explicação.
- (b) Em ambos estágios a escolha é orientada pelo *entendimento explicativo*⁴ [*explanatory loveliness*]. No estágio (ii), a melhor

1 O tradutor agradece à Fundação Araucária do Paraná o financiamento para esta pesquisa, obtido no Edital da “Chamada 21/2012 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico/Extensão” com o projeto “Uma explicação realista do sucesso da ciência e suas críticas: atualizando o debate realismo/antirrealismo a partir da abordagem histórica”, e obtido também no Edital da “Chamada 24/2012 – Pesquisa Básica e aplicada” com o projeto “O Argumento da Inferência da Melhor Explicação e a Crítica de sua Segunda Premissa a Partir do Problema das Alternativas Não Concebidas”. O tradutor agradece também a John Wiley & Sons, Inc., na pessoa de Paulette Goldweber, Associate Manager/Permissions-Global Rights de John Wiley & Sons, Inc., pela cessão dos direitos para a tradução. Este material é reproduzido com permissão de John Wiley & Sons, Inc. (This material is reproduced with permission of John Wiley & Sons, Inc.) (Nota do tradutor). O autor também agradece ao Cnpq o financiamento para esta pesquisa, obtido no Edital da “Chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES Nº 22/2014 - CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E SOCIAIS APLICADAS” com o projeto “Inferências eliminativas e o desafio do registro histórico”.

2 Alexander Bird é professor da Universidade de Bristol, Inglaterra. É autor de *Thomas Kuhn* (Princeton, 2000) e de diversos artigos nos mais variados temas em filosofia da ciência, como as discussões sobre realismo científico e argumento da inferência da melhor explicação. Para mais informações acessar o site do autor: <http://eis.bris.ac.uk/~plajb/> (Nota do tradutor.)

3 Sigla do inglês: Inference to the Best Explanation. (Nota do tradutor.)

4 A expressão original aqui é “explanatory loveliness”. Peter Lipton discute duas formas de explicação: uma forma é a que ele denomina de “likely”, que em português seria “provável”. A segunda forma de explicação é denominada de “lovely”, que significa algo

explicação, dentro das explicações potenciais, é a que proporciona maior entendimento [*loveliest*]. No estágio (i), a escolha da pequena lista é orientada pelas crenças de fundo, as quais foram selecionadas graças a IBE, ou seja, a partir [da busca] de entendimento explicativo.

(c) As explicações em questão são contrastivas.

O entendimento explicativo acima mencionado possui uma natureza qualitativa que é distinta de uma avaliação quase quantitativa em termos de probabilidade. De fato, o essencial em IBE é que a busca pelo entendimento explicativo é um guia para a probabilidade. No capítulo 5⁵ Lipton apresenta um estudo de caso, a investigação da febre do pós-parto (ou febre puerperal) por parte de Semmelweis, que permite uma comparação com a discussão de Hempel do mesmo caso [usada] para defender seu relato⁶ hipotético-dedutivo da confirmação. Uma característica interessante da apresentação de Lipton é que a busca pelo entendimento explicativo não é discutida. Isto é porque, afirma Lipton, Semmelweis transformou seu problema na questão da *única* explicação dos fatos contrastantes (p. 90). No que segue desejo explorar as possibilidades de considerar a estrutura de Lipton como permitindo um relato da inferência abductiva no qual a Inferência da Única Explicação ocupa um papel central.

É possível que o próprio Lipton, pelo que foi dito acima, tenha oferecido um exemplo da Inferência da Única Explicação. Mas, como veremos, não é assim que

que pode ser traduzido como “proporcionadora de entendimento”, que é a expressão matriz que será usada para dar origem às expressões que figurarão nesta tradução (“busca o entendimento”, “proporciona o entendimento” etc). (O contexto sintático das passagens nos impede de usar uma única expressão durante todo o artigo.) Além disso, traduções literais de “lovely” seriam inadequadas para expressar o que Lipton pretendia ao empregar o termo. Em *Inference to the best explanation* Lipton utilizou o termo para designar “maior entendimento” (p. 59). (Nota do tradutor.)

- 5 Este artigo de Bird faz parte de um número de *Philosophy and Phenomenological Research* dedicado em parte à discussão da segunda edição do clássico *Inference to the best explanation*, de Peter Lipton, lançado originalmente em 1991 e com sua segunda edição publicada em 2004. É esta segunda edição que Bird está utilizando para o seu artigo; deste modo, suas referências ao livro são feitas apenas pelo número das páginas. A referência completa desta obra de Lipton se encontra nas referências bibliográficas deste artigo de apresentação à tradução. (Nota do tradutor.)
- 6 É utilizado, em diversos textos de filosofia da ciência, o termo “account” para se referir tanto à explicação filosófica de um procedimento científico (por exemplo: o “account” hipotético-dedutivo de Hempel para compreender Semmelweis) quanto para se referir à explicação científica em si (por exemplo: o “account” de um cientista para a ocorrência de um fenômeno). Porém é também utilizado, neste segundo contexto, “explanation”. Assim optamos, para não confundir o leitor iniciante no assunto, por traduzir “account” como “relato” (e em uma vez como “descrição”, na forma infinitiva do verbo “descrever”), quando se refere à explicação filosófica e por traduzir “account” como “explicação”, quando se refere à explicação científica, reservando deste modo o termo “explicação” apenas para a explicação científica. Naturalmente esta opção não revela nenhuma orientação filosófica, e serve apenas para não confundir o leitor iniciante. (Nota do tradutor.)

Lipton entende a questão. Por Inferência da Única Explicação (IOE⁷), pretendo denotar algo mais específico, algo que, ao fim de uma investigação, nos permita estar em uma posição de inferir a verdade de alguma hipótese tendo em vista que ela é a única hipótese possível que não foi refutada pela evidência. Esta é a forma de inferência defendida por Sherlock Holmes em sua famosa máxima: “Elimine o impossível, e o que quer que permaneça, ainda que improvável, deve ser verdadeiro”. É claro que precisamos da hipótese auxiliar de que *existe* uma explicação do fenômeno em questão. Mas frequentemente sabemos que existe algo ao invés de nada para explicar um fenômeno. Além disso, se nós adotamos a identificação de conhecimento com evidência, de Timothy Williamson⁸, então este conhecimento é uma outra parte da evidência, e assim nossa evidência total implica a verdade da hipótese que restou.

Lipton *não* considera isto como a descrição correta da inferência de Semmelweis, em função de três razões relacionadas. Em primeiro lugar, mesmo se Semmelweis tivesse refutado todas as outras hipóteses que ele havia considerado, não se segue que todas as hipóteses alternativas foram refutadas. Em segundo lugar, aparentemente Lipton defende uma concepção restrita de evidência, concepção esta combinada com uma perspectiva restrita da eficácia epistemológica da evidência, de modo que uma refutação é muito mais rara do que se pode pensar. Em terceiro lugar, Lipton não pensa que as hipóteses rejeitadas no caso de Semmelweis foram refutadas.

Evidência e refutação

Lipton não apresenta uma teoria da evidência e portanto suas notas sobre o assunto são apenas sugestivas. Contrastarei estas notas com uma outra concepção de evidência que permite um relato mais robusto de IBE, relato este que incorporaria a variedade holmesiana de IOE acima traçada.

O conjunto de explicações *potenciais* é o conjunto a partir do qual nós escolhemos a explicação que nós consideraremos como a que proporciona maior entendimento, e portanto a que nós consideraremos como a melhor. Afirma Lipton: “Podemos dizer que uma explicação potencial é qualquer explicação logicamente compatível com todas (ou pelo menos com quase todas) as nossas observações e é uma explicação possível dos fenômenos relevantes” (p. 59). Percebe-se duas coisas:

- (i) O que determina o conjunto de explicações potenciais é a compatibilidade com as *observações*.
- (ii) No entanto, ser incompatível com uma observação não é *suficiente* para excluir uma explicação possível. Lipton não considera a observação como algo definitivamente estabelecido.

Podemos rapidamente perceber por que, na perspectiva de Lipton, é difícil refutar uma hipótese. Em primeiro lugar, restringir os “refutadores” às observações significa que uma hipótese escapará da refutação ainda que ela seja incompatível com uma ampla série de proposições conhecidas. Se uma nova teoria de tudo tem

7 Sigla do inglês: Inference to the Only Explanation. (Nota do tradutor.)

8 WILLIAMSON, T. Knowledge as evidence. *Mind*, 106, p. 1-25, 1997.

como consequência que elétrons são positivamente carregados, ou que o universo tem apenas um milhão de anos, esperaríamos ser capazes de rejeitar imediatamente esta teoria. No entanto, na perspectiva de Lipton, isto seria muito precipitado. Nós precisamos encontrar algumas observações diante das quais a hipótese é inconsistente – e não é de todo claro se existem estas observações. Em segundo lugar, mesmo que descobríssemos uma observação com a qual alguma hipótese é incompatível, isto não seria suficiente para refutá-la; a hipótese sobreviveria na medida em que é consistente com a maior parte das observações.

De fato, Lipton não está sugerindo que nós consideremos todas as hipóteses consistentes com nossas observações – existem muitas hipóteses e muitas delas são absurdas. O primeiro filtro é um mecanismo de lista pequena, “no qual nossas crenças de fundo nos auxiliam a produzir uma lista bastante limitada de hipóteses plausíveis, a partir da qual nós então escolhemos” (p. 149). De um ponto de vista descritivo Lipton parece ter razão, mas o que ele pensa sobre o *status* epistêmico das hipóteses que não passaram pelo primeiro filtro e que portanto nunca serão consideradas? As hipóteses “não consideradas” são implausíveis apenas à luz das crenças de fundo ou elas podem de fato ser incompatíveis com nossa evidência?

Apresento uma perspectiva diferente de evidência. Uma hipótese é refutada se ela é incompatível com qualquer proposição *conhecida*. O que é conhecido inclui proposições que não são observações. Imaginemos que S deduziu corretamente que a hipótese *b* é inconsistente com uma proposição *p*, e S conhece *p*. A cláusula de fechamento implica que S sabe que *b* é falsa. Em geral a incompatibilidade conhecida entre uma hipótese e uma proposição (seja ou não observacional) que é conhecida como verdadeira produz o conhecimento de que a hipótese é falsa e portanto refutada. Assim, a restrição a observações não é garantida. Além disso, a incompatibilidade conhecida de uma proposição conhecida é *suficiente* para uma refutação, o que contrasta com a incompatibilidade (conhecida) com as observações de Lipton, as quais vimos que são insuficientes (no (ii) acima).

E quanto às hipóteses não consideradas? Podemos adotar duas abordagens aqui. Podemos inicialmente dizer que esta classe inclui hipóteses que, se fossem consideradas, perceberíamos que seriam incompatíveis com nossa evidência. Cenários céticos familiares filosoficamente são inconsistentes com o conhecimento ordinário que temos. São casos em que a cláusula de fechamento é controversa. A segunda abordagem defende que, na medida em que os mundos possíveis nos quais tais cenários prevalecem estão distantes, é confiável, ao menos no que diz respeito ao conhecimento, ignorar tais possibilidades. E o mesmo pode ser dito sobre as possibilidades científicas extravagantes. Tais possibilidades não consideradas ou são de fato incompatíveis com muito do que sabemos ou se sustentam apenas em mundos possíveis suficientemente distantes, e assim é confiável ignorá-las. De fato, o primeiro filtro de Lipton exclui hipóteses de modo que ou (i) ao considerá-las, perceberíamos que elas não seriam uma explicação, ou (ii) ignorá-las é epistemicamente confiável.

Se aceitarmos que tudo o que sabemos [pode ser usado] como munição para tentar refutar uma hipótese, aceitaremos muitos refutadores potenciais excluídos em função da restrição de Lipton [dos refutadores] à observação, refutadores estes que seriam suficientes para refutar uma hipótese que é incompatível com eles. Assim, falando de modo livre, a refutação de uma hipótese (tenha sido ou não considerada) deveria ser mais fácil de acordo com esta proposta do que de acordo com Lipton.

Eliminação de hipóteses

A seguinte citação reflete os limites do poder da inferência a partir da concepção de evidência de Lipton:

Os métodos de Mill implicam compromissos – se os métodos são de algum modo aplicáveis, a exigência de que haja apenas uma única concordância ou diferença deve ser vista como uma idealização, uma vez que esta condição nunca é satisfeita na vida real. (p. 19).

Imagine que eu seja um químico e tenha preparado dois papéis idênticos de tornassol. Eu coloco um dos papéis de tornassol em uma substância de teste. O tornassol imediatamente fica vermelho. O método da diferença de Mill nos permite inferir que, como a introdução da substância de teste era a única diferença entre os dois papéis de tornassol, ela é a causa da mudança na cor. A queixa de Lipton é simplesmente que esta não seria a única diferença. Os papéis de tornassol estão em posições diferentes na bancada e, portanto, estão também relacionados de modo diferente com qualquer outro tipo de coisas. Além disso, podemos estar seguros de que os dois papéis são idênticos do ponto de vista químico? A resposta natural a tais reivindicações é que nós *sabemos* que a posição na bancada não faz diferença em experimentos deste tipo, e que se os papéis de tornassol forem preparados cuidadosamente – por exemplo, separando o papel que foi colocado na substância de teste –, eu *saberia* que não existe diferença relevante na constituição dos papéis de tornassol.

Tais afirmações de conhecimento, de fato, podem ser equivocadas, mas, a não ser com base em um ceticismo geral, não há uma boa razão para supor que elas nunca serão corretas. Nas circunstâncias em que elas são corretas, eu estou em posição de saber que a única diferença relevante entre os papéis de tornassol é sua introdução na substância de teste e, portanto, de saber que ela é a causa da mudança na cor. É verdade que o conhecimento em questão não é observacional, o que o exclui como um refutador na concepção de Lipton. Portanto, nesta perspectiva, minha evidência não é suficiente para eu inferir ‘diretamente’ que a substância de teste é a causa da mudança da cor – eu precisaria considerar o entendimento explicativo das explicações alternativas.

A conclusão da seção anterior era a de que, na aplicação de um procedimento inferencial em ciência, a evidência não-observacional é crucial na refutação de explicações alternativas. No caso acima, este conhecimento refutou hipóteses que, para um químico real, nunca teriam “vida”, e portanto a refutação opera no estágio do primeiro filtro de Lipton. No caso mais complexo de Semmelweis, o conhecimento não-observacional é usado na refutação de possibilidades reais, portanto no segundo estágio de Lipton. Como é bem conhecido, Ignaz Semmelweis considerou e rejeitou diversas hipóteses a respeito da etiologia da febre do pós-parto, especialmente a respeito da grande diferença na mortalidade entre as duas alas (ou ‘divisões’) da maternidade do hospital de Viena.

A discussão de Lipton sobre Semmelweis tem dois objetivos:

- (1) mostrar a importância da explicação contrastiva para a inferência e

- (2) mostrar as virtudes de IBE em comparação com o método hipotético-dedutivo.

Note-se que os objetivos são distintos, pois pode-se defender IBE em sua aplicação de inferências não-contrastivas, e pode-se aplicar o método hipotético-dedutivo para casos contrastivos⁹. Assim, quando Lipton mostra as limitações do relato de Hempel da inferência não-contrastiva, precisamos ter claro se o problema reside no método hipotético-dedutivo ou em sua aplicação a casos não-contrastivos.

Neste caso, o uso de Hempel do método hipotético-dedutivo é popperiano. Semmelweis infere a falsidade de uma hipótese porque, a partir da hipótese, ele deduz alguma proposição que conflita com a evidência. Ele então se move para a próxima hipótese. Eu argumento que Hempel está inteiramente correto, ao menos no que diz respeito às hipóteses contrastivas. Lipton, no entanto, reclama que as hipóteses de fato *não* foram refutadas pela evidência. Afirma Lipton a respeito de algumas hipóteses (miasma, causas epidêmicas, superpopulação, cuidado em geral, dieta, etc.) da febre do pós-parto: “Estas hipóteses são rejeitadas pois, em que pese serem consistentes com a evidência, não explicariam o contraste entre as divisões. Influências epidêmicas, por exemplo, ainda poderiam possivelmente ser parte da história causal das mortes na Primeira Divisão, porque a presença destas influências é uma condição necessária para qualquer caso de febre do pós-parto” (p. 75). Lipton afirma isto pois ele está focando as hipóteses não-contrastivas. Tomemos T1 como sendo “o miasma é um fator causal na febre do pós-parto” e T2 como sendo “o miasma é uma causa da diferença na mortalidade entre as duas divisões”. Ao passo que a não-contrastiva T1 não pode ser refutada pela evidência, a contrastiva T2 está desse modo refutada. A teoria do miasma sustentava que a doença se originava com a matéria orgânica em decomposição se espalhando pelo ar impuro. Esta teoria sustentava que a influência do miasma sobre locais próximos, similares geograficamente, não difere muito. A primeira e a segunda divisões não eram muito diferentes neste aspecto ou em aspectos relacionados (por exemplo, na ventilação). Mas havia uma diferença significativa de doença. Com isso, os fatores miásmicos não poderiam explicar o grau de diferença. Assim, enquanto este exemplo mostra *de fato* a importância da inferência contrastiva, ele *não mostra* que o método hipotético-dedutivo, ou, mais importante, a refutação de hipóteses, não pode descrever a inferência contrastiva. Se quisermos avaliar estes exemplos neste aspecto, claramente devemos avaliá-los no que diz respeito às hipóteses contrastivas. E elas se saem muito bem neste quesito.

A abordagem dedutivista pode refutar hipóteses. Mas ela o faz tão bem quanto a IBE de Lipton em confirmar a hipótese correta, de que a causa da diferença na mortalidade é uma infecção pela matéria ‘cadavérica’ nas mãos dos residentes que visitam as mães na Primeira Divisão? (Eles não visitavam a Segunda Divisão, onde as mães eram examinadas por parteiras, que não faziam dissecações.) O fato saliente é que quando Semmelweis se certificou de que os estudantes desinfetavam as mãos com [água de] cloro antes de examinar as mães na Primeira Divisão (a partir de maio de 1847), as taxas de mortalidade foram reduzidas ao nível da Segunda Divisão. Mais precisamente, a percentagem das taxas de mortalidade entre os anos de 1841 e

9 Ver BIRD, A. Explanation and metaphysics. *Synthese*, 143, p. 89-107, 2005.

1846 eram: I-9.92 , II-3.88, e entre os anos de 1847 e 1858 eram: I-3.57, II-3.05¹⁰. Isto mostra, a meu ver de modo fundamental, como é possível uma aplicação correta do método da diferença de Mill, assim como no caso do tornassol discutido acima. Dado o número de pacientes envolvidos (mais de 125.000), esta variação da mortalidade, para dizer o mínimo, é dramática. Havia outras diferenças entre as duas divisões, tais como a posição na hora do nascimento e o padre que passava pela Primeira Divisão para ministrar o sacramento da extrema unção. Porém a eliminação destas diferenças não foi seguida por nenhuma mudança estatisticamente significativa nas taxas de mortalidade. Assim, da mesma forma que a hipótese do miasma, estas diferenças não podiam explicar a grande diferença nas taxas de mortalidade. De fato, todas estas poderiam ter alguma *ligeira* influência nas taxas de mortalidade. Portanto, estritamente, as hipóteses relevantes devem ser da forma 'X é uma causa primária da diferença na mortalidade', onde uma 'causa primária' é a que explica a maior parte do fenômeno observado. Claramente nenhum dos fatores pode ser uma causa primária do fenômeno (a grande diferença de mortalidade), se este fenômeno continua a ocorrer sem o fator.

Para compreender a conclusão de Semmelweis precisamos considerar as seguintes possibilidades:

- (i) não existe causa única da diferença – pois existe uma multiplicidade de causas independentes e paralelas operando cumulativamente;
- (ii) não existe causa única da diferença – pois ela nem mesmo possui causas;
- (iii) alguma outra hipótese ainda não considerada explica a diferença.

Podemos excluir (i) por duas razões. Em primeiro lugar, os fatores que mais possivelmente contribuíam tinham sido em sua maior parte removidos (a diferença nas posições na hora dos nascimentos, a presença do padre, etc.). Assim, a causa não podia ser um composto de fatores plausíveis. Isto deixa alguns fatores não considerados (os quais serão vistos em (iii)). Em segundo lugar, se este composto de fatores explica a diferença, ele teria de ter desaparecido quando Semmelweis introduziu a orientação de desinfetar as mãos. Deixando de lado se isto foi uma coincidência, não houve mudança de muitas condições na Primeira Divisão.

A proposta (ii) é que a diferença é um fato bruto que não tem explicação. Na medida em que aceitamos fatos singulares, podemos ter de aceitar esta possibilidade em um nível quântico, mas não no macro nível. O detetive não tem de considerar a hipótese vazia de que a projétil simplesmente se materializou no cérebro da vítima, de que não existe uma causa para o que aconteceu. Entretanto, no caso macro estatístico, devemos considerar a possibilidade de que um dado estatístico é um sinal. Neste caso, no entanto, está claro que Semmelweis e outros *sabiam* que havia

10 GILLIES, D. Hempelian and Kuhnian approaches in the Philosophy of Medicine: the Semmelweis case". *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, 36, p. 159-181, 2005.

por ali uma diferença genuína e considerável. Assim, o que Semmelweis sabia é inconsistente com (ii).

O que ele sabia excluía todas as outras hipóteses não consideradas? É plausível que sim. Um especialista pode ter uma compreensão suficiente de um campo e com isso considerar excêntrico algo que não foi pensado por ninguém. E, como já mostrei, possibilidades excêntricas podem ser todas incompatíveis com o que se sabe. De fato, pode-se não se estar em uma posição confortável, mas, do mesmo modo, um bom cientista pode estar – e eu penso que Semmelweis estava em uma posição confortável. Semmelweis tinha eliminado todas as diferenças relevantes entra as alas. Ele conhecia outras diferenças mas também sabia que elas não eram explicações possíveis da diferença da mortalidade. Com isso, qualquer hipótese não considerada deveria dizer respeito a uma diferença que Semmelweis não era capaz de discernir. Além disso, como na discussão de (i), essa diferença teria de ter coincidentemente desaparecido quando Semmelweis ordenou aos estudantes que desinfetassem suas mãos. Eu sugiro que tal hipótese desconsiderada seria excêntrica ou de um tipo cético incompatível com o conhecimento anterior e poderia ser confiavelmente ignorada.

Tenho argumentado que uma refutação dedutivista de hipóteses pode eliminar todas hipóteses exceto uma, se, como Lipton recomenda, nos restringirmos à explicação contrastiva e, com isso, às hipóteses contrastivas. É importante refletir se é possível extrair algumas conclusões sobre hipóteses não contrastivas. Claramente algumas conclusões podem ser extraídas. Na medida em que Semmelweis mostrou que não desinfetar as mãos que tinham estado em contato com a matéria cadavérica era uma causa primária da diferença entre as duas alas, e como esta diferença explicava dois terços das mortes, fica claro que Semmelweis identificou uma causa primária *simples* da febre do pós-parto naquele hospital, e por extensão muitos hospitais empregaram procedimentos similares. Teria Semmelweis eliminado outras causas primárias potenciais? Lipton diz que não, pois as hipóteses relevantes são consistentes com o que Semmelweis descobriu. Mas considere a hipótese do miasma. Faz parte da hipótese do miasma que, para indivíduos suscetíveis, o miasma não é apenas necessário mas também suficiente para a doença, da mesma forma que um veneno é suficiente. Semmelweis tinha percorrido um longo caminho para refutar a hipótese não contrastiva do miasma; mas o que impedia uma refutação conclusiva é o fato de que Semmelweis não podia eliminar a febre do pós-parto (identificada por sintomas) totalmente. O teórico do miasma podia deste modo afirmar que as mortes remanescentes (cerca de um terço do número original, e 3% dos pacientes como um todo) eram devidas ao miasma. Se estas mortes também tivessem sido eliminadas, então o miasma poderia não ser um fator das mortes nas alas da maternidade.

Inferência da única explicação

Embora Lipton defenda IBE, tanto sua abordagem geral quanto seu exemplo sustentam a possibilidade, em alguns casos, de IOE, sendo IOE de tal modo que a evidência inclui:

- (i) o fato de que o fenômeno em questão tem uma explicação;
- (ii) fatos suficientes para refutar todas as explicações exceto uma.

Note-se o seguinte:

- (a) A refutação de outras hipóteses em (ii) poderia ocorrer por meio do primeiro filtro de Lipton, no qual elas não são conscientemente consideradas; ou poderia ocorrer no segundo filtro, no qual a evidência experimental e a evidência de qualquer natureza podem ser usadas para refutar possibilidades reais.
- (b) O fenômeno em questão pode ser um fenômeno contrastivo, como no caso de Semmelweis.
- (c) A evidência em questão não é exclusivamente observacional. O conhecimento não-observacional pode ser necessário para saber que o fenômeno tem uma explicação, ou para refutar uma hipótese.

Podemos pensar a respeito de considerações de [busca de] entendimento explicativo em IBE quando a evidência é insuficiente para executarmos uma IOE. Deste modo, a proposta acima não tem a pretensão de suplantando o relato de Lipton, mas, em vez disso, de apontar uma importante possibilidade de limitação que o acompanha.

Por que Lipton reluta em aceitar tais casos limite? Por duas razões. A razão menos importante é que, em sua discussão do método dedutivo-hipotético de Hempel, ele conclui que este não pode mostrar que as hipóteses que ele considera são refutadas. Mas Hempel está considerando hipóteses que dizem respeito a fenômenos não-contrastivos (hipóteses que dizem respeito apenas à causa da febre pós-parto). E deste modo o argumento de Lipton não exclui a refutação, usando a mesma evidência, de hipóteses que digam respeito aos fenômenos *contrastivos* (a diferença na febre do pós-parto entre as duas divisões).

A segunda, e talvez mais importante razão, é que Lipton está impressionado com o problema geral da subdeterminação. Se IOE pode ocorrer, então nós temos um caso no qual a inferência teórica não é subdeterminada (mesmo dedutivamente) pela evidência. E eu desconfio que Lipton esteja impressionado com a subdeterminação por possuir uma noção da evidência que se restringe ao observado. Mas, uma vez que lembramos que podemos em geral produzir inferências geradoras de conhecimento a partir do conhecimento não-observacional, é implausível restringir a evidência ao observado.

